

Técnicos formados em prevenção da violência

100 Horas; Política, 19.11.2020; Pág. 08, Ed. 31. MA

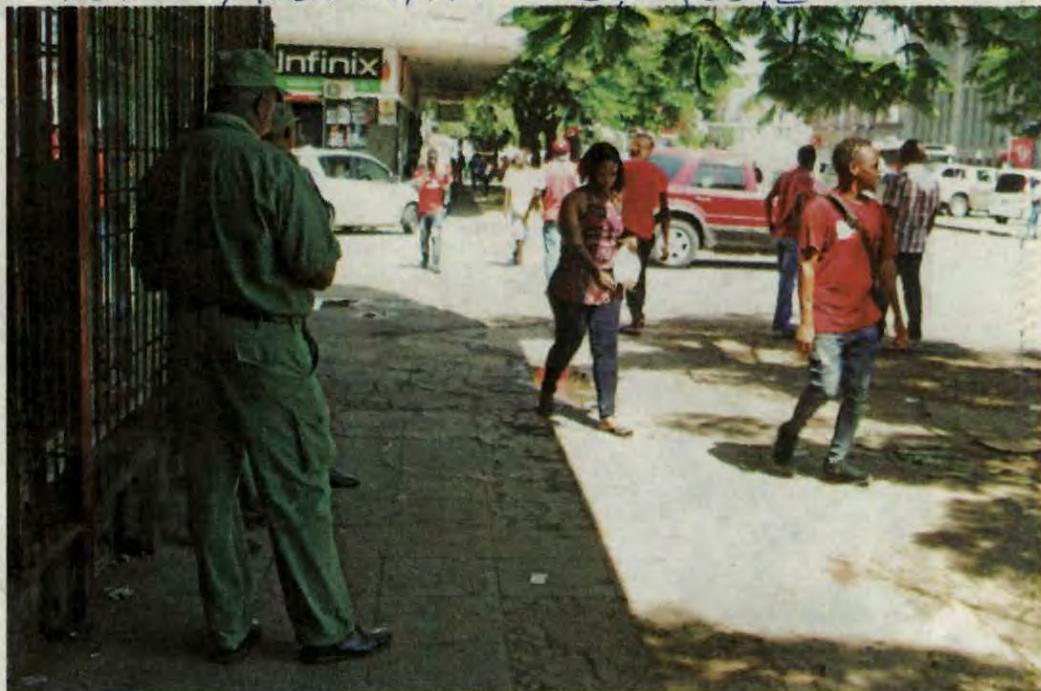
VINTE e oito técnicos da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e do Gabinete do Provedor de Justiça (GPJ) estão a ser formados desde segunda-feira, na província de Maputo, sobre identificação e prevenção da violência baseada no género e outras práticas nocivas.

Sob o lema “Reafirmando os direitos humanos da mulher e da rapariga”, a capacitação, que termina amanhã, está inserida na iniciativa “Spotlight”, lançada a 8 de Março deste ano.

Organizada pela CNDH, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a formação visa contribuir para que, no país, as mulheres e raparigas estejam livres de todas as formas de violência e práticas nocivas, para que possam gozar de boa saúde, direitos sexuais e reprodutivos, na construção de uma cidadania sem discriminação.

Cidália Chaúque, da CNDH, referiu que a formação vai dotar o capital humano das duas entidades de conhecimentos especializados e informações relevantes sobre os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais relacionados com os direitos humanos.

Disse que, actualmente, as pessoas estão sensibilizadas a fazer denúncias em caso de



Com mais conhecimentos, os técnicos vão promover melhor os direitos humanos

violação dos seus direitos, pois têm consciência de que ela fere os direitos humanos, apesar de as questões culturais interferirem no processo de responsabilização dos seus agressores.

Reconheceu que a capacitação vai permitir que os técnicos do CNDH estejam em condições de seguir uma abordagem preventiva, de modo a contribuir na promoção, protecção, defesa e monitoria dos direitos humanos no país, particularmente na defesa dos mais vulneráveis.

Por seu turno, Albachir

Macassar, um dos formadores, indicou que a capacitação vai munir os técnicos de conhecimentos e ferramentas sobre a matéria, principalmente nesta altura em que os casos de violência baseada no género tendem a crescer em Moçambique.

Revelou que cerca de 37 por cento das mulheres, raparigas e crianças sofrem de violência nas famílias e comunidades, e que o número de denúncias aumentou graças à sensibilização.

“É fundamental que os

técnicos das duas instituições unam esforços e promovam acções visando combater este mal que enferma a sociedade moçambicana e não só”, sublinhou.

Afirmou que com a eclosão da Covid-19 aumentaram os casos de violência física e sexual contra a mulher e rapariga, em que alguns chefes de família perderam emprego, facto que originou instabilidade nos lares, levando ao surgimento de comportamentos agressivos por não se saber lidar com a nova realidade.